



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

**PORTARIA N°. 087, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2012**

**Outorga a LUIZ DOMINGOS AQUINO o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação de água e diluição de efluentes no Córrego Sem Denominação afluente do Rio Teles Pires.**

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**, no uso das atribuições constitucionais previstas no Art. 71, inciso, IV, da Constituição do Estado de Mato Grosso, e legais, que lhe confere a Lei Complementar 214, de 23 de junho de 2005, que cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT); e,

Considerando os Termos da Lei Estadual n° 6.945, de 05 de novembro de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto n° 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n° 27, de 09 de julho de 2009, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n° 29, de 24 de setembro de 2009, que estabelece critérios para emissão de outorga para diluição de efluentes em rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa n° 011, de 03 de setembro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato Grosso;

**RESOLVE:**

**Art. 1°** Outorgar a Luiz Domingos Aquino (protocolo SAD n° 872854/2011), CPF n° 235.571.929-20, doravante denominado Outorgado, o direito de uso dos recursos hídricos no Córrego Sem Denominação, afluente do Rio Teles Pires, com a finalidade de captação e diluição de efluentes para piscicultura com área de lâmina d'água de 68,00 ha no sistema intensivo com criação de surubim na Fazenda Capixaba, zona rural do Município de Sorriso, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I - coordenada Geográfica do Ponto de Captação: 13°11'28,67" S de Latitude Sul e 55°37'50,27" W de Longitude Oeste; e vazão máxima de captação de 111,96 m³/h (0,0311 m³/s ou 31,11 l/s), totalizando uma vazão anual de 980.769,60 m³, captando todos os dias do ano, 24 (vinte e quatro) horas por dia;

II - Coordenadas Geográficas do Ponto de Lançamento: Lat. 13°10'36,50" S e Long. 55°37'50,69" W, com uma vazão máxima de lançamento de 100,80 m³/h (0,0280 m³/s ou 28,00 l/s), durante 24 horas por dia e todos os dias do ano, e concentração máxima de Matéria



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

Orgânica DBO<sub>5,20°</sub> de 15,00 mgO<sub>2</sub>/L, resultando em uma vazão de diluição de 0,070 m<sup>3</sup>/s e Carga máxima de 32,288 Kg DBO/dia.

**Parágrafo único.** O Outorgado deverá realizar, no mínimo, o Monitoramento da Qualidade da Água do corpo hídrico (montante e jusante) e do efluente final. Parâmetros a serem analisados: Fósforo Total, Nitrogênio Total, pH, Temperatura da Água, DBO<sub>5,20°C<sub>2</sub></sub> mensalmente. Os Relatórios das análises deverão ser encaminhados para a Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos anualmente até o prazo de validade desta outorga e as análises deverão ser realizadas por laboratório terceirizado e com cadastro no órgão ambiental;

**Art. 2º** A outorga objetivo desta Portaria, vigorará até 10 de Fevereiro de 2016, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;
- II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III - incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 6 de junho de 2007;
- IV - indeferimento ou cassação de licença ambiental.

**Parágrafo único.** Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

**Art. 3º** Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;
- II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

**Art. 4º** Esta Outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar a(s) atividade(s) de captação/derivação, lançamento de efluentes e/ou tratamento, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

**Art. 5º** O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

**Art. 6º** Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

**Art. 7º** Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término de sua validade.



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**

**Art. 8º** O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05 de novembro de 1997.

**Art. 9º** O Outorgado se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

**Art. 10.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 16 de fevereiro de 2012.

REGISTRADA,  
PUBLICADA,  
CUMPRADA-SE.

**Vicente Falcão de Arruda Filho**  
Secretário de Estado do Meio Ambiente  
SEMA/MT  
(original assinada)

*\*Publicada no D.O.E. do dia 22/02/2012.*